

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT03.017

## GRUPO ESCOLAR JOÃO PESSOA EM COLINAS-MA: INSTITUCIONALIZAÇÃO E CULTURA ESCOLAR (1932-1971)

João Antonio de Sousa Lira<sup>1</sup>  
Eduardo Mororó de Sousa<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo, integrante do programa “Primeiros Passos na Ciência” da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), teve como objetivo investigar o processo de institucionalização e funcionamento do Grupo Escolar João Pessoa, localizado em Colinas-MA, entre os anos de 1932 e 1971. Buscou-se compreender de que forma a sociedade local foi educada e se autoeducou nesse intervalo temporal. A pesquisa, de caráter qualitativo, baseou-se em abordagem documental e histórica, fundamentada nos ensinamentos de Minayo (2011). Foram utilizadas fontes públicas, como jornais antigos, arquivos institucionais, legislações e registros escolares. O referencial teórico dialogou com autores como Chartier (1990), Silva (2015), Julia (2001) e Viñao Frago (2000), enfatizando conceitos como cultura escolar e culturas escolares. A investigação centrou-se na análise da estrutura institucional e do funcionamento do Grupo Escolar João Pessoa, abrangendo disciplinas, livros didáticos e, especialmente, a organização do tempo escolar e sua influência na vida

- 1 Doutorando em Educação na Universidade de São Paulo- USP. Professor substituto no curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura de Língua portuguesa na Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, Campus Colinas-MA. E-mail: joao.lira.antonio1@gmail.
- 2 Graduando em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura de Língua portuguesa na Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, Campus Colinas-MA. Email: eduardom-sousa39@gmail.com

social. Os resultados indicam que a escola, ao mesmo tempo em que atuava como instrumento de reprodução de normas e valores sociais vigentes, também se configurava como espaço de resistência e de luta simbólica. O estudo evidencia que o Grupo Escolar João Pessoa desempenhou papel relevante na formação de identidades, na difusão de representações de poder e na construção de um imaginário coletivo sobre educação na cidade de Colinas-MA. Ao institucionalizar práticas e ritmos escolares, a escola interferiu diretamente na dinâmica social, moldando comportamentos e, por vezes, oferecendo possibilidades de contestação às hierarquias estabelecidas. Dessa forma, a pesquisa contribui para o entendimento histórico da educação maranhense e para a valorização da memória das práticas escolares no contexto local.

**Palavras-chave:** Cultura Escolar, Culturas Escolares, Grupo Escolar João Pessoa, Colinas-MA.

## INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil revela uma trajetória marcada por assimetrias regionais, disputas ideológicas e tentativas contínuas de construção de um modelo de ensino nacional. No contexto da Primeira República, os grupos escolares emergiram como uma das principais estratégias do projeto republicano de modernização social e unificação cultural. Inspirados no modelo graduado europeu e impulsionados pelo modelo adotado no Grupo Escolar Caetano de Campos em São Paulo em 1893, esses estabelecimentos foram disseminados com o objetivo de padronizar práticas pedagógicas, disciplinar os corpos e moldar sujeitos alinhados aos ideais de “ordem e progresso”.

No estado do Maranhão, esse processo se deu de forma desigual, especialmente nos municípios do interior, onde a precariedade estrutural e o distanciamento da capital impunham limites à materialização desse modelo. Nesta perspectiva Silva (2015) ao investigar a institucionalização dos grupos escolares no Maranhão no recorte temporal de 1903 a 1920 realizou um levantamento dos grupos escolares institucionalizado até o ano de 1950, e identifica 54 grupos escolares no território maranhense.

No entanto, nos levantamentos documentais empreendida por Silva(2015) não consta a institucionalização do Grupo Escolar João Pessoa em Colinas -MA, anteriormente denominada de Picos. Entretanto, mesmo distante dos principais centros de poder e informação, essa escola tornou-se uma referência educacional e cultural para a região, embora permaneça ausente dos principais levantamentos bibliográficos.

Este estudo parte justamente dessa lacuna historiográfica para investigar a institucionalização e o funcionamento do Grupo Escolar João Pessoa entre os anos de 1932 e 1971. Para isso, consideram-se tanto as fontes documentais quanto as memórias de ex-alunos e professores, valorizando as múltiplas vozes que compõem o cotidiano escolar.

Como destaca Viñao Frago (2000) a escola é um espaço de produção de cultura, significados e representações (Chartier, 1990). Assim, inves-

tingar a história do Grupo Escolar João Pessoa é também refletir sobre os processos de construção da identidade local, sobre as tensões entre tradição e modernidade, e sobre os modos como a educação se entrelaça com os projetos políticos e sociais mais amplos. Ao recuperar essa experiência, pretendeu-se visibilizar sobre uma parte esquecida da história da educação maranhense e contribuir para a valorização da memória escolar como patrimônio cultural coletivo.

Assim, o objetivo geral deste estudo é investigar o processo de institucionalização e funcionamento do Grupo Escolar João Pessoa em Colinas-MA, no período de 1932 a 1971. Especificamente, pretende-se: conhecer o contexto social, político e educacional de criação dessa instituição; identificar a clientela atendida, os professores, os rituais, a arquitetura escolar e os materiais de ensino utilizados; descrever as culturas escolares que caracterizaram o cotidiano do grupo; e, por fim, identificar e analisar as representações construídas por alunos e professores sobre o Grupo Escolar João Pessoa em Colinas-MA.

A partir dessa perspectiva, torna-se necessário compreender o Grupo Escolar João Pessoa não apenas como uma instituição de ensino, mas como um espaço social dinâmico, no qual se expressam práticas, valores e representações que dialogam com o contexto histórico, político e cultural de sua época. O estudo propõe-se, portanto, a reconstruir a trajetória dessa escola articulando as dimensões estruturais e simbólicas da vida escolar, considerando as políticas públicas de educação, as transformações locais e as memórias individuais e coletivas que dão sentido à experiência educativa. Essa abordagem busca integrar diferentes fontes e olhares, permitindo uma leitura mais ampla e sensível sobre a relevância do Grupo Escolar João Pessoa na formação da identidade educacional de Colinas-MA.

## METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a execução deste trabalho, utilizou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo. Segundo Minayo (2011, p. 21), a pesquisa de abordagem

qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, ou seja, com os elementos subjetivos que fazem parte de uma realidade social. Nesse sentido, buscou-se compreender como se institucionalizou o Grupo Escolar João Pessoa em 1932 e como sua cultura escolar foi organizada até 1971.

Desse modo, essa pesquisa se caracterizou como histórica do tipo documental. Assim, buscaram-se fontes documentais junto a arquivos de domínio público, físicos e digitalizados em bancos de dados da internet, jornais, legislações da época e na sede da escola, como: diários de classe. Por tratar-se, na maioria das vezes, de documentos oficiais, foi necessário entendê-los como fragmentos da história que se conservaram ao longo do tempo, um monumento daquilo que deveria ser lembrado como prática e representação (Chartier, 1990), além de questioná-los como locais de produção de silenciamentos.

Além da pesquisa documental de caráter qualitativo, também foram realizadas entrevistas orais com uma ex aluna que estudou no Grupo Escolar João Pessoa entre os anos 1953 e 1957. Essa entrevista foi realizada com o intuito de capturar relatos e experiências pessoais que ajudam a preencher lacunas nos documentos e a oferecer uma perspectiva mais detalhada sobre os eventos passados. A fim de respeitar os princípios éticos, utilizamos Resolução 510/2016 e Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, no que diz respeito aos valores que respeitam a cultura, o bem-estar, a moralidade e o compromisso social. Desse modo, nos referiremos a essa entrevistada pelo nome fictício *Ipê*<sup>3</sup>.

Outrossim, a análise dos dados deu-se mediante os pressupostos teóricos e metodológicos da análise de conteúdo (Bardin, 2016). Segundo Franco (2020), a análise de conteúdo compreendeu os

Pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem [...], aqui entendida como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elaborou e desenvolveu

3 Nascida em junho de 1944.

representações sociais no dinamismo interacional que estabeleceu entre linguagem, pensamento e ação (Franco, 2020, p. 12-13).

Após a constituição do corpus de análise da pesquisa, seguiu-se para as etapas propostas pela técnica de análise do conteúdo, que, de acordo com Franco (2020), são as seguintes: categorização, inferência, descrição e interpretação. Para seguir esses passos, primeiro realizou-se uma leitura flutuante do texto, para, em seguida, organizar todas as respostas por eixos de temas e, assim, seguir para a etapa da interpretação dos dados.

## GRUPO ESCOLAR JOÃO PESSOA: INSTITUCIONALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Antes de receber a atual denominação de Colinas, o município era conhecido como Picos. Pereira(2017) ao abordar a história da região do Alto Itapecuru maranhense no século XIX, enfatiza que o nome Picos adveio da formação geográfica no qual estava localizada e a mudança de nomenclatura para “Colinas” se deu à medida que a cidade se desenvolveu e sua identidade evoluiu. O nome Colinas começou a ganhar força, possivelmente devido a mudanças na paisagem ou ao desejo de refletir uma imagem mais pastoral ou acessível da cidade. Essa nova designação, que começou a se firmar na memória coletiva e nos registros oficiais simboliza uma evolução cultural e social mais ampla dentro da comunidade e em de 31 de dezembro de 1943 pelo Decreto-lei Estadual n.º 820, município de Picos passou a denominar-se Colinas. Conseqüentemente os documentos reverberam essas nomenclaturas

No que se refere à institucionalização do Grupo Escolar, é fundamental explicitar, como destaca Magalhães (2007, p.70) que

compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa [...] integrá-la de forma interactiva no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.

Dessa forma, a análise documental revelou que o Grupo Escolar João Pessoa foi instituído por meio do Decreto nº 270, de 26 de abril de 1932, assinado pelo interventor do Maranhão, Lourival Seroa da Mota. O decreto foi promulgado com a justificativa de que não contrariava o Código dos Interventores, uma vez que não implicava aumento das despesas previstas na lei orçamentária vigente. Conforme decreto supracitado,

Art.1º - São criados em Pedreiras, Picos, Barra do Corda e Carolina quatro grupos escolares, sendo um em cada Localidade

Art.2º - Os grupos escolares, ora criados, reger-se-ão no que lhes for aplicável, pelo Regulamento baixado nº 252- de 2 de maio deste ano. Art.3º - O presente decreto entrará em vigor no dia imediato ao da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.(Maranhão, p. 129, 1934).

A justificativa para a criação dos grupos escolares nas localidades mencionadas estava fundamentada no aumento do número de crianças em idade escolar e na constatação de que as escolas isoladas então existentes eram insuficientes para garantir um ensino eficaz, muito embora observa-se a criação de diversas escolas isoladas durante o período em todo território maranhense, Picos, por exemplo teve a criação de quatro escolas isoladas conforme apontado pelo Decreto Nº 273 de 9 de maio de 1932.

Art. 1 - São criadas quatro escolas isoladas no município de Picos, sendo duas no povoado “São Domingos”, uma no “Almeida” e outra no “Serra Negra”.

Art.2 - Nas escolas, ora criadas, aplica-se-ão as disposições constantes do Regulamento baixado com o decreto nº252- de 2 de março de 1932. Art.3 - O presente decreto entrará em execução no dia imediato ao da sua publicação. (Maranhão, p.132, 1932)

Em ambos os decretos, da institucionalização dos grupos escolares e das escolas isoladas, enfatiza que a medida não comprometeria o orçamento vigente, pois não implicava em acréscimos de despesa pública, estando em conformidade com as normas previstas no Código dos Interventores.

Além disso, o texto legal estabelece que os grupos escolares e escolas isoladas criados seriam regidos pelas diretrizes do Regulamento do Decreto nº 252, de 2 de março de 1932, que aprova o novo Regulamento do Ensino Primário no estado.

Diante do exposto, as chamadas escolas isoladas (ou escolas singulares) caracterizavam-se por contar com apenas um professor e, em geral, localizavam-se em áreas afastadas dos centros urbanos. Essas instituições não dispunham de prédios próprios para fins educativos, funcionando frequentemente em espaços improvisados, como casas ou galpões adaptados. Em contraste, os grupos escolares, conforme destaca Souza (2008), representavam uma modalidade de ensino primário considerada mais moderna e de melhor qualidade. Essa concepção se consolidou à medida que desvalorizava os modelos anteriores, como as escolas isoladas, adotando a estrutura da escola graduada. Nessa organização, os alunos eram classificados por nível de conhecimento, as aulas ocorriam em salas separadas com um professor por turma, os conteúdos eram distribuídos por disciplinas, e as práticas avaliativas seguiam critérios sistematizados (Souza, 2008).

Nesse sentido, o decreto nº 252, de 2 de março de 1932, ao estabelecer as diretrizes pedagógicas e administrativas a serem seguidas pelas escolas recém criadas, de certo modo exclui do processo de padronização de ensino à época as escolas isoladas, uma vez que a estrutura administrativa, pedagógica e arquitetônica das escolas divergia. Desse modo, as disposições do decreto atendiam em suma os grupos escolares uma vez que instituía normas sobre a organização do calendário escolar, funcionamento das aulas, feriados, estrutura administrativa das escolas e diretrizes sobre a aquisição de livros didáticos e constituição de bibliotecas escolares.

De certo modo, essa dualidade estabelece uma hierarquia dos modos de aprender e ensinar, pois a padronização das práticas pedagógicas e administrativas, seguindo o modelo de escola graduada implantado em outras regiões do Brasil incluía a divisão dos alunos por séries, a definição de um currículo comum e a organização rígida do tempo e do espaço

escolar características que definem o modelo de grupo escolar como instrumento de civilização e disciplinamento social no contexto republicano, em contrapartida as escolas isoladas apresentavam em certa medida a antítese à modernização.

Tal afirmativa se baseia no decreto nº 38 de 19 de julho de 1904 (Maranhão, 1904) que aprova o regimento interno dos grupos escolares da capital e que serve posteriormente para a organização dos grupos escolares criados no interior do estado. Conforme análise do decreto o ensino era dividido em três classes, correspondentes aos diferentes níveis do ensino primário. Na primeira classe, os alunos iniciavam a aprendizagem da leitura, escrita e cálculos básicos. Já na segunda classe, os conteúdos seriam aprofundados, com ênfase em gramática, operações matemáticas mais complexas e noções de ciências e geografia. A terceira classe preparava os alunos para uma compreensão mais estruturada da língua portuguesa, além de introduzir conceitos de física, química, anatomia e instrução cívica.

**Tabela 1:** de Organização do Ensino nas Classes dos Grupos Escolares

Classe	Conteúdos Principais	Objetivos Educacionais
<b>1ª Classe</b>	- Leitura inicial (método analítico)- Escrita (cópias, ditado, resumos)- Noções básicas de gramática (nome, adjetivo, número, concordância)- Aritmética (adição e subtração, contagem concreta)- Noções de forma e tamanho- Observação da natureza	Alfabetizar e iniciar o raciocínio lógico e observação do mundo físico e social
<b>2ª Classe</b>	- Leitura fluente e compreensão textual- Gramática (pronomes, frase, verbo, adjetivos, sintaxe básica)- Redação simples- Matemática (multiplicação, divisão, frações, sistema métrico)- Geografia (localidade, orientação, mapa)- Ciências naturais	Aprofundar leitura, escrita e cálculo; desenvolver noções de espaço, natureza e cidadania
<b>3ª Classe</b>	- Análise lógica e gramatical- Redação desenvolvida- Matemática avançada (raízes, potências, progressões, equações)- Física, Química e Ciências Naturais- História do Brasil e Maranhão- Educação Cívica e Moral	Consolidar conhecimento formal; desenvolver pensamento crítico, científico e senso de responsabilidade cívica

Fonte: Maranhão, 1904.

O regimento também regulava rigorosamente a rotina escolar. As aulas acontecem de fevereiro a novembro, todos os dias úteis, das 9h às 13h. A matrícula era realizada anualmente, com critérios específicos para admissão, inclusive exigências como comprovação de idade, vacinação e condições de saúde.

A disciplina dos alunos era valorizada com rigor: exigia-se pontualidade, respeito e asseio. Estavam previstas penalidades para quem infringir as regras, variando desde advertência verbal até a expulsão, dependendo da gravidade da falta. O papel das professoras é igualmente disciplinado. Elas deveriam seguir o horário e o currículo estabelecidos, manter a ordem em sala de aula e zelar pelo material escolar. O descumprimento dessas obrigações poderia acarretar advertências, multas e até perda do cargo. Há ainda um sistema de fiscalização constante, com registros obrigatórios em livros específicos, inspeções regulares e avaliação do aproveitamento dos alunos por meio de médias mensais e exames anuais.

Tomamos por base esse regimento para ilustrar a organização do ensino, muito embora sabe-se que com a institucionalização de grupos escolares no interior do estado, caso de Colinas, anteriormente denominado de Picos, outros regimentos foram elaborados conforme a organização das políticas educacionais da época, entretanto durante a pesquisa documental não foi possível encontrar outros documentos que ilustrasse tão bem essa organização.

Em notícia publicada em jornal em 8 de maio de 1932, com o título “*O ensino popular em Picos: inauguração de um edifício escolar*” evidenciava-se um discurso que Picos através da inauguração do Grupo Escolar João Pessoa estaria entrando em uma em uma nova realidade pautada no progresso e civilização, características atribuídas aos grupos escolares como instituição de modernização da educação.

Os discursos proferidos no ato inaugural abrangeram o progresso educacional e a importância social da nova instituição. Expressões como “*o governo do Estado está resolvido a não poupar esforços para dar ao povo escolas decentes*” e menções à civilização e ao futuro do país sugerem

alinhamento com os ideais do projeto republicano da época: modernizar o ensino, disciplinar a infância e formar cidadãos úteis à nação.

O texto menciona autoridades políticas, escolares e eclesiásticas, o que reforça a importância simbólica e pública da inauguração. Isso também reforça a articulação entre Estado, Igreja e sociedade na legitimação das escolas enquanto espaços de moralização e formação social.

Já na década de 1940, em conformidade a Lei Orgânica do Ensino Primário Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional Decreto Lei nº. 1.462 de 31 de dezembro de 1946 do Governo do Estado do Maranhão regulamentava o ensino primário, sendo seus estabelecimentos designados segundo critérios: ministrarem um ou mais cursos e serem mantidos pelo Estado ou particulares. Essa legislação não criou modelos escolares, mas reconheceu formalmente os diferentes formatos de escolas que já operavam no cotidiano da educação básica. Assim, passaram a ser classificados os estabelecimentos de ensino primário:

Art. 17. Os estabelecimentos de ensino primário, mantidos pelo Estado, serão assim designados:

I- Escola Isolada (E.I), quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente.

II- Escolas Reunidas (E.R), quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e números correspondente de professores.

III- Grupo Escolar (G.E), quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes.

IV- Escolas Supletivas (E.S), quando ministre ensino supletivo, qualquer que seja o número de turmas de alunos e professores.

Art. 18. As escolas isoladas e escolas reunidas ministrarão apenas o curso elementar; os grupos escolares poderão ministrar o curso elementar e o curso complementar; as escolas supletivas ministrarão apenas o curso supletivo.

Art. 19. Os estabelecimentos de ensino primário fundamental, mantidos por particulares terão as seguintes designações, independentemente do número de seus alunos e docentes:

I- Curso elementar (C.E), quando apenas ministre o curso elementar.

II- Curso primário (C.P), quando ministre o curso elementar e o complementar.

III- Curso supletivo (C.S), quando mantenha o curso supletivo. (Maranhão,1946)

A partir do Decreto-Lei nº 1.462 de 1946, é possível observar de forma mais clara a organização curricular dos Grupos Escolares, o que inclui, de maneira direta, o Grupo Escolar João Pessoa, uma vez que este já se enquadrava na tipologia de instituição com cinco ou mais turmas e número proporcional de professores. Com essa legislação, o funcionamento pedagógico dessas escolas foi sistematizado em dois níveis distintos de ensino: o curso primário elementar e o curso primário complementar.

art. 5- o curso primário elementar será feito em quatro anos, e compreenderá:

I- Leitura e linguagem oral e escrita;

II- Iniciação matemática.

III- Geografia e História do Brasil.

IV- Conhecimentos gerais aplicados a vida social, a educação para a saúde e ao trabalho.

V- Desenho e trabalhos manuais.

VI- Canto orfeônico.

VII- Educação física.

art. 6- o curso primário complementar de um ano, terá os seguintes grupos de disciplinas e atividades educativas:

I- Leitura linguagem oral e escrita.

II- Aritmética e geometria.

III- Geografia e História do Brasil, noções de Geografia geral e História da América.

IV- Ciências Naturais e higiene.

V- Conhecimento das atividades econômicas da região.

VI- Desenho.

VII- Trabalho manuais e práticas educativas referentes a atividades econômicas da região.

VIII- Canto orfeônico.

Essa estrutura curricular demonstra uma tentativa clara do Estado de padronizar e qualificar o ensino primário público, ao mesmo tempo em que buscava alinhá-lo às necessidades sociais, econômicas e culturais

da realidade brasileira. Para escolas como o Grupo Escolar João Pessoa, o decreto representou uma transição importante de um modelo local e muitas vezes empírico, para uma atuação pedagógica legalmente respaldada, com objetivos formativos bem definidos e organizados por etapas.

A esse respeito a entrevista com Ipê, oferece um valioso testemunho sobre a vivência escolar no Grupo Escolar João Pessoa, durante o período de 1953 a 1957. Como ex-aluna, ela compartilha lembranças que ajudam a compreender o cotidiano educacional da época, revelando aspectos organizacionais, pedagógicos e afetivos do ambiente escolar. Ao se referir ao cotidiano escolar ela enfatiza que

Nosso dia escolar iniciava cedo, sete horas. Participávamos da forma, cantávamos o hino Nacional e íamos, em fila para nossas salas. Os professores era um para cada turma. Eram dois tempos de aulas, com um Intervalo para o recreio. Meio dia, era o retorno ao lar. Férias, meses de julho, dezembro, janeiro e fevereiro. Tinham comemorações cívicas. A Escola era gerenciada por um Diretor(...). Uma só zeladora. (Entrevista com Ipê em 28 de abril de 2025)

A estrutura organizacional do Grupo Escola João Pessoa foi delineada com base no programa oficial destinado às escolas primárias do estado do Maranhão. Conforme estabelecido na legislação educacional vigente à época, esse programa normatizava a organização pedagógica e administrativa de distintas modalidades de instituições escolares. Entre elas, destacam-se os Grupos Escolares, compostos por cinco docentes, cada um responsável por uma classe distinta, com jornada diária de quatro horas; as Escolas Agrupadas diurnas, com dois docentes e carga horária equivalente; e as Escolas Singulares diurnas, operando com apenas um docente, igualmente submetido ao regime de quatro horas de trabalho por dia (Maranhão, 1942).

Evidencia-se, portanto, na fala de Ipê, que o Grupo Escolar João Pessoa seguia a institucionalização regimentar da jornada diária de quatro horas como parâmetro regulador do tempo dedicado às atividades escolares,

consolidando-se como elemento estruturante da organização temporal do ensino primário no referido contexto histórico.

Outro ponto importante a se destacar é havia a presença de comemorações cívicas, reforçando a formação moral e patriótica.

Essas comemorações inserem-se no âmbito da cultura escolar, compreendida como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar” (Julia, 2001, p. 10). Sob essa perspectiva, as comemorações cívicas realizadas durante o período republicano assumiam um papel pedagógico central, constituindo-se como espaços privilegiados para a disseminação de valores como o amor à pátria e o civismo. Além disso, essas celebrações visavam à formação de comportamentos considerados desejáveis, tanto no ambiente escolar quanto na vida em sociedade, como o respeito mútuo e a internalização de normas de conduta compatíveis com os ideais republicanos.

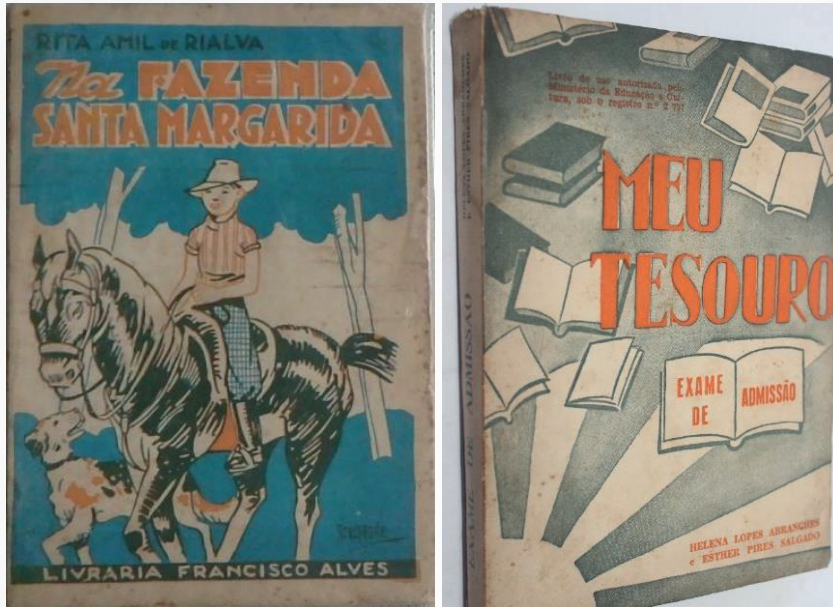
Em relação às disciplinas, ela menciona que “Matemática era a menos preferida”, o que reflete uma experiência comum entre os alunos de sua geração. Entretanto, recorda com riqueza de detalhes os conteúdos abordados, evidenciando a intensidade da carga curricular:

Português, livros ‘Meu Tesouro’, ‘Minha Pátria’, ‘Na Fazenda Santa Margarida’, Matemática, Geografia, História, Ciências, Moral e Cívica, Geografia, História e [...] do Maranhão. Na terceira série tínhamos 10 livros. O estudo era muito pesado. [...] Tinham as atividades em sala de aula, como leitura, ditado, cópia, redação, narração, cartas, telegramas. Muito explorado leitura e escrita. Também, as tarefas de casa. Toda semana, na quinta feira, era o dia de declamar poesias, aprendemos muito” (Entrevista com Ipê em 28 de abril de 2025)

Dentre os livros rememorados por Ipê, estão “Na fazenda Santa Margarida” de Rita Amil de Rivalda, entretanto não foram encontrados dados biográficos sobre a autora, porém Silva (2023) aponta que há registros de sua atuação como tradutora e professora. O outro livro é “Meu Tesouro: exame de admissão” e uma espécie de compendio voltados para o ensino primário, abrangendo disciplinas como Língua Portuguesa, Geografia, História do Brasil e Matemática. Sobre Helena Lopes Abranches e Esther

Pires Salgado, não foi possível encontrar dados biográficos para além que ambas e eram professoras e autoras de livros.

**Figura 01:** livros usados no Grupo Escolar João Pessoa



**Fonte:** Google Imagens, (2025)

A entrevista com Ipê, portanto, permite compreender como os Grupos Escolares, marcados pela disciplina, civismo, valorização do ensino da língua portuguesa e da moral, mas também por uma vivência afetiva positiva e cheia de recordações marcantes, principalmente ao considerarmos que o Grupo Escolar como espaço de ensino e aprendizagem se diferenciava das outras escolas: isoladas e reunidas.

Diante o exposto, verificamos a movimentação escolar na década de 1950 em Colinas, a fim de verificar como a educação se configurava: quantidade de escolas, docentes, matrículas de alunos, aprovação e conclusão.

**Tabela 2:** movimentação escolar em Colinas- 1952 a 1956

Ano	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula geral	Matrícula efetiva	Frequência média	Aprovação geral	Conclusão
1952	16	25	1.044	997	732	338	55

Ano	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula geral	Matrícula efetiva	Frequência média	Aprovação geral	Conclusão
<b>1953</b>	24	29	1.449	1.342	955	491	70
<b>1954</b>	29	35	1.602	1.489	1.136	577	121
<b>1955</b>	32	37	1.570	1.473	909	887	162
<b>1956</b>	21	49	1.598	1.456	1.041	814	167

**Fonte:** Maranhão (1956)

Entre os anos de 1952 e 1956, os dados revelam uma tendência geral de crescimento do número de escolas, docentes, matrículas e conclusão de ensino. No início do período, em 1952, havia 16 unidades escolares em funcionamento, número que aumentou progressivamente até 32 em 1955. Contudo, é importante destacar que esse aumento no número de escolas não necessariamente reflete uma melhoria na qualidade da educação. Supõe-se que a maioria dessas unidades eram escolas isoladas ou reunidas, ou seja, instituições com estrutura precária, funcionamento em turnos múltiplos e geralmente com um único professor para várias séries o que limita significativamente a qualidade do ensino oferecido, sendo registrada apenas um grupo escolar - Grupo Escolar João Pessoa.

Apesar disso, o corpo docente cresceu de forma consistente ao longo dos anos, passando de 25 professores em 1952 para 49 em 1956, o que demonstra algum esforço de investimento na ampliação da equipe pedagógica.

As matrículas gerais aumentaram de 1.044 em 1952 para 1.598 em 1956, acompanhadas também por crescimento nas matrículas efetivas (alunos que de fato frequentavam a escola). A frequência média também teve um aumento expressivo, de 732 para 1.041 no período, atingindo seu ponto mais alto em 1954 (1.136). Isso indica um avanço no acesso e na presença dos alunos nas escolas.

No que diz respeito ao desempenho dos estudantes, observou-se progresso. O número de aprovações gerais quase triplicou, indo de 338 em 1952 para 887 em 1955, embora tenha caído levemente para 814 em 1956. Já as conclusões (provavelmente referentes à finalização do ciclo ou

série) passaram de 55 para 167 no mesmo intervalo, representando uma melhora significativa.

A taxa de conclusão em relação à matrícula efetiva subiu de 5,5% em 1952 para 11,5% em 1956, indicando uma evolução na capacidade do sistema de levar os alunos até o final do percurso escolar.

O grupo escolar funcionou sob essa denominação até 1971 quando houve a reforma do ensino primário pela Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o Grupo Escolar João Pessoa em Colinas-MA (1932-1971) anteriormente chamada de Picos, permitiu compreender como a institucionalização escolar, mesmo em regiões periféricas, esteve diretamente ligada aos ideais de modernização e disciplinamento do projeto republicano. A pesquisa revelou que, apesar das limitações estruturais e da ausência em levantamentos oficiais, o Grupo Escolar desempenhou um papel fundamental na formação educacional, cultural e cívica da comunidade local.

A análise documental, aliada ao relato oral da ex-aluna Ipê, evidenciou não apenas a estrutura organizacional e pedagógica da escola, mas também os significados atribuídos à experiência escolar por aqueles que dela participaram. O cotidiano disciplinado, o uso sistemático de materiais didáticos, a realização de comemorações cívicas e a valorização da leitura e escrita demonstram como a escola foi concebida como um espaço de transmissão de saberes e valores sociais.

Além disso, o trabalho apontou para a dualidade existente entre os grupos escolares e as escolas isoladas, destacando o grupo escolar como símbolo de progresso e civilização frente a um modelo anterior considerado ultrapassado. Essa hierarquização do ensino refletiu-se nas práticas educacionais e nas políticas públicas implementadas no período.

Portanto, este relatório contribui para a valorização da memória educacional no interior do Maranhão, ressaltando a importância das instituições escolares como espaços de disputa simbólica, formação cidadã e preservação cultural. A continuidade da pesquisa poderá aprofundar a compreensão sobre a evolução da educação básica na região e sua repercussão na identidade local.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Autores Associados, 2020.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. Revista Brasileira de História da Educação n°1 jan./jun, 2001.

MAGALHÃES, Justino. **A construção de um objecto do conhecimento histórico**. Do arquivo ao texto—a investigação em história das instituições educativas. Educação Unisinos, v. 11, n. 2, p. 69-74, 2007.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Decretos de janeiro a dezembro de 1932**. São Luís: Imprensa Oficial, 1932.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Decreto-Lei nº 1.462 de 1946**. São Luís: Imprensa Oficial, 1946.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Decretos e Leis de janeiro a dezembro de 1942**. São Luís: Imprensa Oficial, 1942.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PEREIRA, Paulo Eduardo de Sousa. **Entre fronteiras: o Arraial do Príncipe Regente e o devassamento do Alto Itapecuru no século XIX**. Dissertação (Mestrado Profissional em História) Universidade Estadual do Maranhão, UEMA. São Luís, 2016.

VIÑAO FRAGO, António. **Culturas escolares y reformas** (sobre la natureza histórica de los sistemas e instituciones educativas). Revista Teias, volume I, 2000, p. 1-25. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/23855/16828>

SILVA, Larissa Santos Cordeiro da. **Mulheres escritoras: um panorama da autoria feminina na literatura infantil brasileira (1881-1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, 2023.

SILVA, Diana Rocha da. **A Institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920)**. São Luís: EDUFMA, 2015.

SOUZA, R. F. de. **Os Grupos Escolares e a História do Ensino Primário na Primeira República**: questões para um debate. Revista de Educação Pública - v. 17 n. 34 - (maio-agos. 2008) - Cuiabá: EdUFMT, 2008.